



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0006386-12.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **GILBERTO PISONI BANNITZ**
 Requerido: **Lg Eletronics do Brasil Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que o autor alegou ter adquirido produto da ré (aparelho de ar condicionado), sendo que ele após algum tempo diminuiu sua capacidade de resfriamento.

Alegou ainda que a questão não foi resolvida pela assistência técnica, apurando a necessidade de troca de uma peça, a qual não encontra.

Almeja à condenação da ré ao cumprimento de obrigação de fazer consistente em vender-lhe essa peça (denominada "evaporador") para que o produto possa voltar a funcionar normalmente.

A preliminar suscitada em contestação não merece acolhimento.

Com efeito, a realização de perícia é prescindível à decisão da causa, não possuindo o objeto da ação ligação alguma com qualquer inquirição sobre o vício da mercadoria.

Rejeito a prejudicial, pois.

No mérito, a ré não contestou propriamente as alegações expendidas pelo autor.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Ressalvou que não lhe assistiria razão tendo em vista que o prazo de garantia do bem se expirou, além de proclamar que o eventual sucesso do pleito exordial implicaria enriquecimento ilícito do autor.

Todavia, não se extrai do relato de fl. 01 o desejo do autor em que a ré assumia a reparação do aparelho mesmo com o vencimento da garantia respectiva.

O que ele na realidade postula é que a ré lhe **VENDA** uma das peças do ar condicionado comprado em 2010, obrigação essa que encontra guarida no art. 32 do Código de Defesa do Consumidor.

O espaço de tempo decorrido desde a aquisição não é demasiado, cumprindo assinalar que a ré sequer aventou a cessação da fabricação do produto e, mesmo que tal tivesse sucedido, seu dever remanesceria íntegro na esteira do parágrafo único do aludido preceito legal.

A conjugação desses elementos denota que a pretensão deduzida há de vingar, seja porque amparada no CDC, seja porque não se coligiu um único dado concreto que atuasse com óbice a tanto.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré ao cumprimento de obrigação de fazer consistente em vender ao autor, no prazo máximo de quinze dias, o "evaporador" do aparelho condicionador referido a fl. 01 (de capacidade para doze mil BTU's – 220 volts), sob pena de multa diária de R\$ 100,00, até o limite de R\$ 2.000,00.

Ressalvo desde já que em caso de descumprimento da obrigação, sendo o limite da multa atingido, esta se transformará em indenização por perdas e danos sofridos pelo autor, prosseguindo o feito como execução por quantia certa.

Transitada em julgado, intime-se a ré pessoalmente para cumprimento (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 26 de julho de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**